ARQUITETO

Cr$ 10,00 / Exemplar de Assinante

32

Arquiteto comanda a descentralização de São Paulo

Um ex-membro do Grupo de Trabalho de Urbanismo da União Internacional de Arquitetos, ex-membro de várias diretorias do IAB, está comandando o processo de descentralização econômica de São Paulo. Da página 3 a 7 os planos coordenados pelo arquiteto Jorge Wilheim, Secretário do Planejamento de São Paulo, e a participação do IAB/SP no Conselho de Governo que está analisando estes projetos.

Depois do caos, a desfiguração da paisagem carioca

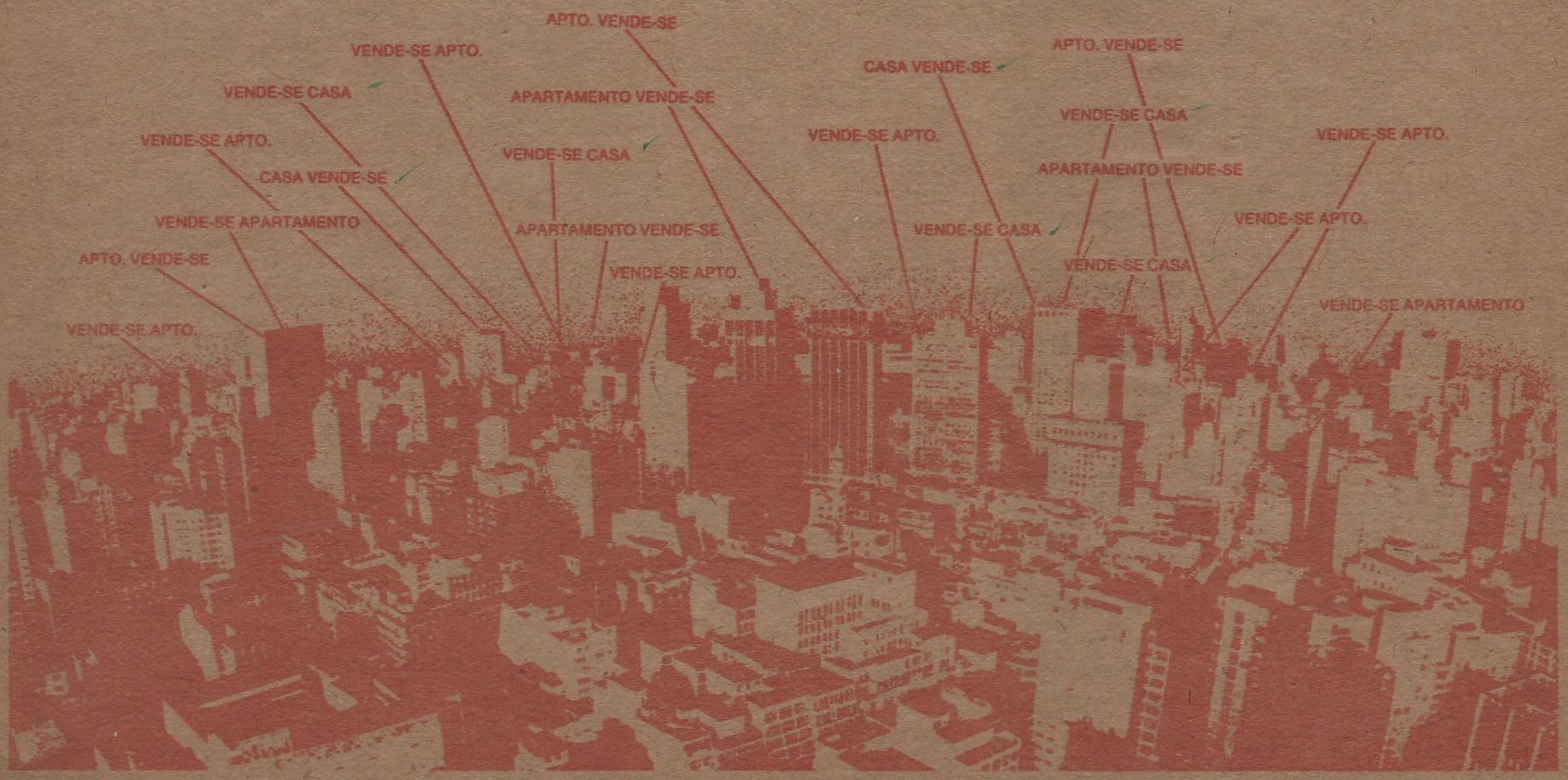
O arquiteto Stênio Ferreira, editor do Jornal de Arquitetura do IAB/GB e nosso correspondente no Rio, analisa o processo de alteração da paisagem carioca e o drama dos pedestres obrigados a andar em fila, junto à canteiro de obras. Página 11.

Como melhorar os concursos de arquitetura?

O Brasil está começando a viver novamente uma fase de concursos de arquitetura. Eles estão surgindo em toda parte. Muitos, porém, gerando protestos, desentendimentos e, mesmo um desrespeito às tabelas de honorários. Nas páginas 8, 9 e 10 são apontadas as falhas de dois concursos, um da Bahia, outro do Rio Grande do Sul. Problemas que poderiam ser evitados se os organizadores buscassem uma assessoria do IAB.

Paisagistas, os problemas e perspectivas de uma nova profissão

O paisagista, atualmente circunscrito ao tratamento de pequenas áreas, poderá ganhar — a médio e longo prazo — o direito de integrar as equipes interdisciplinares de planejamento urbano e regional. Este e outros problemas desta profissão que surgiu na época do império, mas que apenas agora se impõe, são abordados nas páginas 12 e 13.



São Paulo/Claudio Tozzi

Entrevista com Benno: Conselho de Governo e reunião do COSU

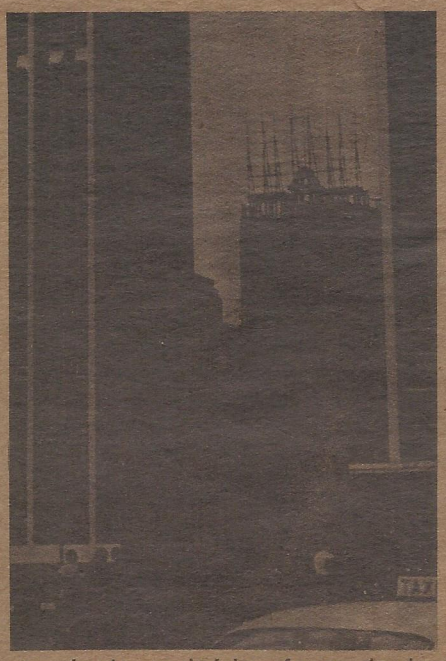
"A participação do IAB-SP no Conselho de Governo do Estado é um fato histórico. É o reconhecimento de que os arquitetos devem estar ligados ao planejamento e exige de nós um empenho muito mais amplo, no sentido de apresentar uma visão geral da classe, de levar a este órgão a opinião de quatro mil arquitetos e não apenas de um grupo deles". Esse é o pensamento do arquiteto Benno Perelmutter, que tomou posse como novo presidente do IAB-SP no último dia 29.

Em entrevista coletiva dada a imprensa, onde também estiveram presentes os arquitetos Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Eurico Prado Lopes, o novo presidente atribuiu o convite para que o Instituto fosse membro do Conselho à intenção do governador Paulo Egydio Martins de garantir a participação da comunidade nos processos de decisão.

Abordando a "Política Urbana e Regional do Estado", aprovada na reunião do Conselho de Governo, no último dia 23, Benno afirmou que "o que o governo está pretendendo fazer é algo de uma importância extraordinária e mostra que, pela primeira vez, ele está se preocupando globalmente com todo o Estado e não apenas com uma cidade ou metrópole". Contudo, ele acrescentou que a preocupação do IAB-SP é de que essa política consiga se efetivar. Por isso, o Instituto já apresentou durante a reunião sugestões nesse sentido.

"Para nós, os planos só terão condições de se implantar se houver uma ampla mobilização em três níveis", disse Benno. Em primeiro lugar, as prefeituras e as câmaras municipais devem debater os programas e contribuir com o conhecimento que possuem de sua região; em segundo, os centros de pesquisa e as faculdades do interior devem fornecer os elementos humanos nos quais as prefeituras poderão se apoiar para absorver as diretrizes dos planos e efetivá-las. E, em terceiro lugar, o mais importante: mobilizar as populações.

De acordo com Benno, o governo deveria regionalizar a informação —



através de seminários, forum de debates, conferências, etc. — para que a população se inteirasse dos objetivos dessa "Política" e pudesse intervir, sugerindo modificações em cada município. Nesse sentido, ele coloca algumas questões: Será que as vocações dos municípios estariam sendo realmente atendidas? Todos os polos de possível desenvolvimento foram incluídos? A população não poderia apresentar pontos que não foram captados pelo planejamento?

A grande preocupação do IAB-SP será, segundo Benno, analisar em profundidade os planos aprovados na reunião do Conselho e detalhar essas observações preliminares dentro do prazo de 30 dias que o governo concedeu para o encaminhamento de sugestões.

Conselho Superior

Durante a entrevista, o novo presidente do Instituto sublinhou um outro ponto: a importância da reunião do Conselho Superior do IAB, realizada em São Paulo nos dias 27, 28 e 29 de janeiro. E, por sua sugestão, o arquiteto Vilanova Artigas explicou o por quê dessa importância. "Sendo o IAB uma entidade nacional, durante os encontros do COSU nós não só abordamos problemas internos e profissionais, mas também a orientação ideológica dos arquitetos brasileiros diante dos problemas de desenvolvimento nacional".

Segundo Artigas, o tema que mais preocupa atualmente a classe é a conservação, preservação e tratamento do meio ambiente. E isso se liga à própria evolução por que passou a atividade do arquiteto: do edifício isolado, ele se voltou para o urbanismo e, daí, para o meio ambiente.

Falando sobre o encontro do COSU, Benno acrescentou que ele serve para fazer um balanço da atuação dos arquitetos — que, como membros de diversos organismos governamentais, participam do processo de decisões — e discutir problemas gou, durante a entrevista, os principais pontos da reunião do COSU (cobertura completa sobre o encontro no próximo número).

1. Reunião de Presidente de Departamentos com a Direção Nacional. Objetivo: troca de idéias e informações relativas aos problemas dos departamentos e observações referentes à ordem do dia.
2. Comunicações e relato suscinto da Direção Nacional.
3. IX Congresso Brasileiro de Arquitetos (apresentação de projeto do IAB-SP).
4. II Simpósio Nacional sobre Política Urbana (relatório do IAB-GB).
5. Regimento Interno do IAB (discussão e aprovação).
6. Projeto-Modelo (relatório do IAB-GB).
7. Empresas estrangeiras no mercado de trabalho (relatório do IAB-SP).
8. Orçamento-Programa para 1976 (a ser apresentado pela Direção Nacional).
9. Diversos. Desse item devem constar a Tabela de Paisagismo (apresentada pelo IAB-SP), o XV Congresso da Federação Panamericana de Associações de Arquitetos (FPAA) e a indicação, pelos Departamentos, de candidatos para o Grupo de Trabalho da UIA sobre "Espaços Educativos".

ARQUITETO

Ano III n.º 32
Janeiro 1976
Tiragem: 12.000 exemplares

ARQUITETO publicação do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo e Schema Editora Ltda.

Editado por **SCHEMA EDITORA LTDA.** Redação, Publicidade e Administração: rua Frei Caneca, 322 - térreo - telefone: 257-7049, CEP 01307 — São Paulo. Distribuição nacional dirigida a arquitetos, órgãos do governo e construtoras. Circulação nacional.
Assinatura (12 números), Cr$ 100,00.
Número atrasado, Cr$ 10,00.

SASP
Presidente: Geraldo Vespasiano Puntoni; **Vice-Presidente:** Paulo Lúcio de Brito; **Diretor-Secretário:** Teru Tamaki; **1.º Tesoureiro:** Ricardo Chahin; **2.º Tesoureiro:** Sérgio Teperman; **Diretores Suplentes:** Helène Afanasieff, Nelson Andrade, José Expedicto Prata, Ana Maria de Biase Gonçalves Dente, Luiz Gonzaga de Oliveira Camargo e Paulo Sérgio de Souza e Silva. **Conselho Fiscal:** William Munford, Rodney Guaraldo e Antonio Melchior — Efetivos; João Clodomiro Browne de Abreu, Maria Cecília Closs Scharlach e Paulo Celso Dornelles del Picchia — Suplentes.

IAB-SP
Presidente: Benno Michael Perelmutter; **Vices Presidentes:** José Magalães Jr., Fabio Goldman, Edson Eloy de Souza; **Secretário** Geral: Walter Renam Maffei; **Secretários.** Ernesto Theodor Walter, Roberto Golçalves da Silva; **Tesoureiros:** José Alvaro Coelho e José Borelli Neto; **Diretores:** Luiz Cláudio Villares, João Honorio de Mello Filho, Julio Katinsky, Pedro Tadei, José Carlos Ribeiro de Almeida e João Walter Toscano. **Conselho Fiscal:** Geraldo Vespaziano Puntoni, Leon Dickstejn e Maria Cecilia Closs Scharlach; **Representantes do Conselho Superior:** Eurico Prado Lopes, Haron Cohen, J. B. Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Sérgio Zaratin e Tito Livio Frascino (titulares) Alfreso S. Paesani, Israel Sancovsky, José Cláudio Gomes e Sami Bussab (Suplentes).

ARQUITETO
Editor: Vicente Wissenbach; **Diretor Responsável:** Fábio Penteado; **Diretor de Redação:** Arlindo Mungioli; **Publicidade:** Luiz Carlos Onaga, Eros Lelot Filho, Ana Maria Modestia (assistente); **Diretor Adjunto:** arq. Sérgio Teperman; **Coordenadores:** Helène Afanasieff, Maria Helena Flynn; **Editoria:** Vivaldo Tsukumo (editor gráfico), José Roberto da Silva (editor assistente/redação), Paulo Caruso (ilustrações), Irene Fumie Kimura (assistente de produção), Heitor Ferreira da Costa; **Colaboradores:** Arquitetos César Bergstron Lourenço, Cristiano Mascaro, Teru Tamaki, Stenio José Ferreira (Rio), Ephim Shluger (EUA); **Fotografia:** Fotógrafos Associados; **Fotolitos:** Artes Gráficas Polychrom; **Composição e Impressão:** Companhia Lithographica Ypiranga; **Produção:** Schema Editora Ltda.

O arquiteto Jorge Wilheim, ex-membro do GT de urbanismo da UIA, coordena os planos para descentralizar a Grande São Paulo.

Litoral Norte: opção para descentralizar a Grande São Paulo

O desenvolvimento do litoral norte é parte importante no processo de descentralização e de desconcentração da Grande São Paulo. Contudo, os projetos de desenvolvimento da região dependem do estabelecimento de bases metodológicas para sua elaboração e implantação. Esse foi o objetivo dos estudos realizados durante o "Seminário Regional: Litoral Norte", realizado em dezembro na Ilhabela. Promovido pela Secretaria do Planejamento, seus trabalhos constaram dos seguintes temas, debatidos por quatro grupos de trabalho: Terrenos da Marinha; Uso do Solo; Meio Ambiente; e Bases Metodológicas para a Elaboração e Implantação de Programas e Projetos no Litoral Norte.

O Seminário foi aberto com uma palestra do secretário do Planejamento, Jorge Wilheim, cujo resumo é o seguinte:

"Este Seminário de Ilhabela é mais uma peça de dominó de um jogo cujo objetivo global é a desconcentração da Grande São Paulo, a atenuação das diferenças entre as diversas regiões do Estado, promover um crescimento mais homogêneo das cidades e das riquezas em todo o Estado, através de alguns **instrumentos** com que o Governo conta. Este jogo de dominó faz parte da estratégia global de Governo através da qual se procura definir o desenvolvimento como crescimento e melhoria de qualidade de vida. Para alcançar estes objetivos dentro de um planejamento que não é centralizado e sim dentro de um planejamento que utiliza a tática de indução, o Governo tem empregado alguns instrumentos.

Por exemplo: a montagem do Sistema Estadual de Mão-de-Obra — SEMO, que é uma atividade intersecretarial, coordenada pela Secretaria do Planejamento. Através desse sistema, além da prestação de um serviço à população, informando a um profissional desempregado

numa cidade do interior, onde estão as oportunidades na região onde ele vive ou na região vizinha — além da prestação deste serviço — se consegue diminuir a migração às cegas à capital do Estado. Esta migração às cegas, que muitas vezes leva à frustração a nível individual, leva também à uma oneração muito grande no que diz respeito aos custos de infra-estrutura necessários para colher este crescimento metropolitano.

E esta oneração acaba resultando,

O BANORTE SE OFERECE PARA FACILITAR SEUS PROJETOS COM O CREDIPAG.

De agora em diante, suas preocupações com projetos não devem ir além da prancheta. O Banorte, através de financiamento pelo Credipag, resolve todos os seus problemas de recebimento dos clientes. Porisso, quando alguém solicitar um projeto seu, não esquente a cabeça. Envie esse alguém ao Banorte. Lá, com todas as vantagens do Credipag, seu cliente terá o privilégio de explorar o seu talento.

O Credipag é um projeto do Banorte, em adiantada execução, que vem assegurar sua tranquilidade profissional e a de todos os profissionais liberais, garantindo o mais importante: a certeza do pagamento pelo seu trabalho.

Deixe que o Banorte financie seu cliente e esqueça os problemas de dinheiro.

Você tem projetos muito mais importantes com que se preocupar.

Banorte

Um amigo na praça

ou tem o risco de resultar, no rebaixamento da qualidade de vida na região metropolitana. Então, neste caso, o SEMO tem como uma de suas finalidades, a de desconcentrar a população do Estado. Mas é claro que para isto ocorrer, a estrutura de empregos tem que ser mais distribuída e dentro desta modalidade, a estrutura de emprego no setor secundário, isto é, nas indústrias. Para isto é também importante ter instrumentos pelo qual o ICM possa vir a ser distribuído regionalmente, a fim de que um município sem indústrias não sofra desta ausência de indústria ao nível do dinheiro dos impostos que ele possa ter para investir em equipamentos urbanos.

Os diversos instrumentos se ligam e têm muita consistência uns com outros. A própria política habitacional, recentemente aprovada pelo Conselho de Governo e que objetiva, além de produzir habitações, produzir um leque de oportunidades para que as famílias escolham os caminhos que julgarem mais adequados para obtenção de uma habitação e de permitir a moradia, mesmo sem a propriedade da moradia, através de um sistema de locação. Além de tudo isso, a Política Habitacional é também uma política de desenvolvimento urbano e regional. Isso considerando-se que a localização preferencial daquilo que o Estado vier a construir será feita em função das necessidades de reforço de polos secundários de cidades médias, de áreas a serem beneficiadas com outros equipamentos e assim por diante. Todos esses instrumentos e políticas serão acrescidos pela política de desenvolvimento urbano e regional que a SEPLAN acaba de concluir e foi descrita, debatida e aprovada na próxima reunião do Conselho de Governo, com a participação, inclusive, do ministro Reis Velloso.

A política de desenvolvimento urbano e regional destaca quatro áreas de atuação: a área de **contenção,** representada basicamente pela Grande São Paulo; a área de **controle,** isto é, crescimento controlado, caracterizada pelo Vale do Paraíba e Litoral Norte; a área de **dinamização,** representada por boa parte do interior do Estado e onde se situam grande número de cidades médias, e, finalmente, a área de **promoção,** caracterizada por municípios como São José do Barreiro, Bananal, Vale do Ribeira, etc.

Para cada área de atuação existem programas específicos e a rigor a implantação do desenvolvimento urbano e regional se fará inicialmente, por cinco programas: o **programa habitacional** já conhecido; o **programa das cidades pequenas,** o **programa das cidades médias,** o **programa do desenvolvimento das estâncias,** a ser feito em conjunto com a Secretaria de Esportes e Turismo e Fumest, e finalmente, o **programa do Macro-Eixo Rio São Paulo.**

Dentro deste programa do Macro-Eixo é que se situa a razão de ser deste seminário de Ilhabela. O macro-eixo é entendido como uma região situada entre São Paulo e o Rio de Janeiro, abrangendo, portanto, dois Estados. Por isso mesmo, trata-se de um programa executado sob o patrocínio do CNPU — Conselho Nacional de Política Urbana, vinculado à Secretaria do Planejamento da Presidência da República. Essa região do Macro-Eixo compreende três patamares: o **litoral,** o **Vale do Paraíba** e a **Zona da Mantiqueira,** na parte que cabe ao Estado de São Paulo. Nesse espaço físico, localizam-se diversos problemas que são equacionados, inclusive com prioridade, a fim de se poder desenvolver esta região, através do sistema de controles que impeçam a ocorrência de prejuízos na qualidade de vida por um mau uso do solo ou um menor aproveitamento das potencialidades dessa região.

Dentre os projetos, aqueles que objetivam preservar as riquezas turísticas e paisagísticas do litoral e capacitar esta região não só a continuar a receber turistas, mas também permitir a implantação de alguns estabelecimentos econômicos importantes — como é o caso do porto de São Sebastião — constituem, certamente, um desafio. Neste desafio, comparece como um fato de primeira grandeza e grande urgência a preservação do uso do solo através de uma legislação tampão, isto é, uma legislação que possa, de imediato, bloquear um eventual mau uso do solo, seja por desmatamento, por loteamento inadequado, por assoreamento de rios, ou pela construção de edifícios em regiões prejudiciais, etc.

O uso do solo e a preservação das riquezas paisagísticas e turísticas poderá ser feito de uma forma conclusiva, através da elaboração dos planos diretores dos municípios do litoral norte, isto é, Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião, Ilhabela e o distrito de Bertioga, pertencente ao município de Santos. A SEPLAN, coordenando tarefas de outras Secretarias, como a do Interior, Esporte e Turismo, da Cultura, Ciência e Tecnologia, propõe a elaboração de dois grandes planos diretores: o de São Sebastião-Ilhabela e o de Ubatuba-Caraguatatuba.

Os termos de referência destes planos serão debatidos neste seminário, junto com os temas específicos já divulgados e que objetivam preparar e fornecer insumos para uma legislação tampão, a qual vigorará enquanto forem elaborados os planos diretores mencionados. É bom que se diga que o importante nunca é a elaboração de um plano, e sim a institucionalização de um processo de planejamento local.

Por isso, a SEPLAN comparece a este seminário, inclusive para discutir e acertar as formas pelas quais as Prefeituras destes municípios participarão e assumirão a responsabilidade na elaboração desses planos. Se não se conseguir montar e reforçar um processo de planejamento contínuo com técnicos locais, ajudados ou não por técnicos do Estado, a mera elaboração do plano será insuficiente, pois este não terá condições de ir se adaptando a situações futuras.

Conheça as vantagens do trilho eletrificado Hansgolite

- Instalação rápida.
- Dispensa pontos de luz individuais.
- Flexibilidade total na disposição das luminárias.
- Entrega imediata.

LUMINARIAS DE MODELO EXCLUSIVO, PROVIDAS DE CONECTOR INSTANTANEO PARA ENCAIXE NO TRILHO HANSGOLITE

decobrás s.a.
decorações indústria e comércio

Peça catálogos ou a visita de um representante técnico

rua sto.antonio 831 tels.256-4705 - 256-4729 são paulo

Urbanismo

O Programa "Cidades Médias" do Estado de São Paulo deverá receber do governo federal investimentos a fundo perdido de 600 a 700 milhões.

Diretrizes e Programas da Política Urbana e Regional de São Paulo

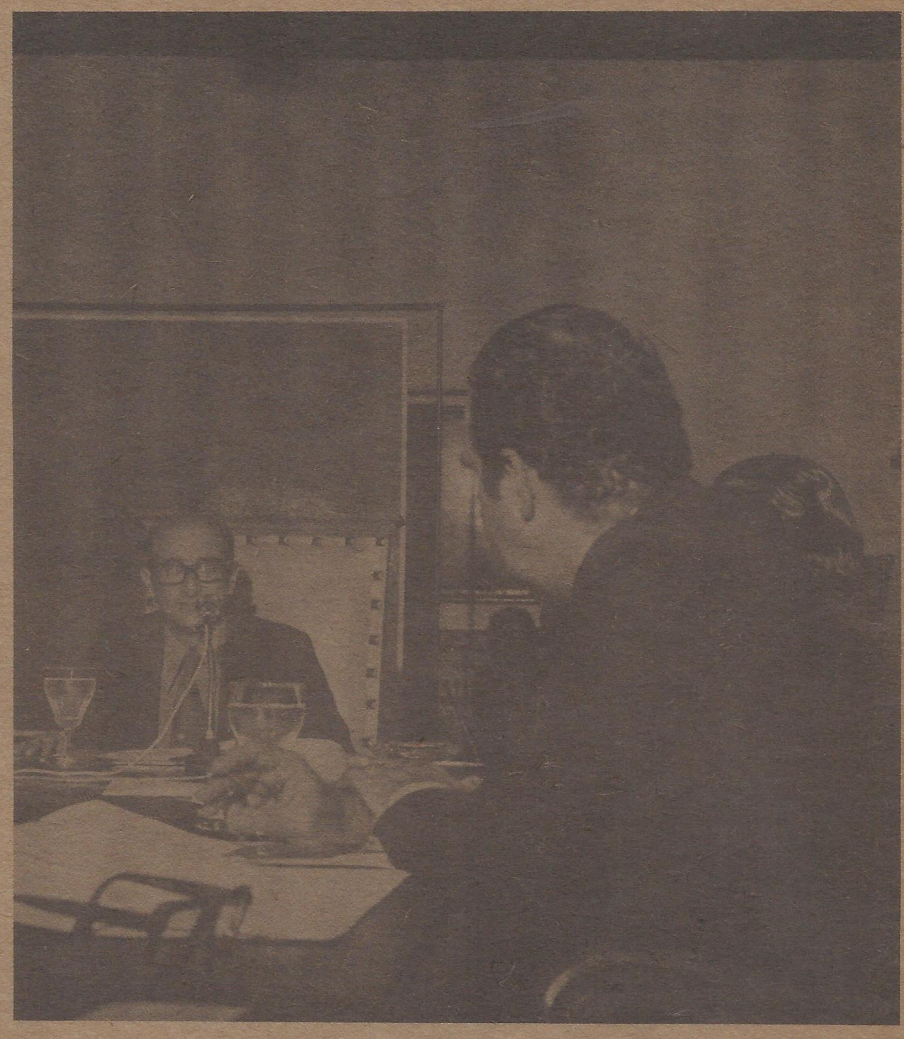
Mais de 10% da população do país vive na Grande São Paulo. Para o arquiteto Jorge Wilheim, secretário de Economia e Planejamento do governo estadual, esse dado é o retrato fiel de uma distorção, que tem como seus problemas típicos os prejuízos do crescimento metropolitano acelerado (queda da qualidade de vida, poluição e congestionamento) e as diferenças regionais. É para enfrentar esses problemas, que o governo estadual elaborou a "Política Urbana e Regional do Estado de São Paulo", que tem dois objetivos básicos: recuperar a qualidade de vida na Grande São Paulo e atenuar os desequilíbrios entre as regiões paulistas.

As diretrizes dessa política foram discutidas e aprovadas pelo Conselho de Governo, no último dia 23, em reunião presidida pelo governador Paulo Egydio Martins e que teve a participação de quase todos os Secretários de Estado, de representantes de órgãos estaduais e de municípios do interior, de presidentes de entidades de classe (entre elas, o IAB-SP), faculdades de arquitetura, e do ministro João Paulo dos Reis Velloso, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Os novos planos terão quatro áreas distintas de implantação: área de recuperação da qualidade de vida (área metropolitana e Baixada Santista); área de controle (espaço contíguo à Grande São Paulo, eixo Rio-São Paulo, eixo São Paulo-Campinas, Litoral Norte e estâncias hidrominerais); área de dinamização (interior do Estado); área de promoção (área centro-oeste e norte da Região de Sorocaba, Vale do Ribeira, Litoral Sul, Vale do Paraíba e Pontal de Paranapanema).

A "Política Urbana e Regional" abrange nove programas que alcançam a totalidade dos municípios do Estado. O Plano Estadual de Habitação e o Programa do Sistema Estadual de Mão-de-Obra (SEMO) já estão sendo implantados. A Política de Desconcentração e Descentralização Industrial tem um esboço já elaborado e será debatida dentro dos próximos 60 dias, de acordo com o secretário Wilheim. O Programa das Estâncias Hidrominerais e Climáticas e o Programa do Pontal do Paranapanema estão em início de preparação e o Programa das Cidades Pequenas, em fase adiantada.

Os dois programas restantes — "Cidades Médias" e "Macro-Eixo Rio-São Paulo" — foram apresentados durante a reunião do Conselho de Governo. Para o secretário Jorge Wilheim, os nove projetos que integram a "Política Urbana e Regional" só trarão resultados a médio e longo prazo. "Não se pode pensar" — afirmou — "que eles sejam uma panacéia salvadora. Infelizmente, em política urbana e regional, as decisões precisam ser tomadas de forma imediata para darem resultados a médio prazo. Na França, a política urbana está sendo implantada há 15 anos e só agora eles estão começando a aparecer".



Programa "Cidades Médias" pretende descentralizar atividades produtivas

O Programa "Cidades Médias" pretende preparar 44 cidades — que contêm 80% da população urbana do Interior paulista — para o crescimento de suas atividades econômicas e para uma melhor estrutura de emprego. De acordo com o secretário Jorge Wilheim, isso vai permitir que elas retenham mais suas populações, evitando migrações às cegas para a GSP.

O programa segue as diretrizes do II PND de descentralizar as atividades produtivas, principalmente as indústrias, para centros periféricos de médio porte e deverá receber — de acordo com promessa feita pelo ministro Reis Velloso durante a reunião do Conselho — um investimento a fundo perdido de 600 a 700 milhões de cruzeiros, este ano. De acordo com o ministro, o governo federal pretende aplicar, em 1976, cerca de 3 bilhões em cidades médias e 6 bilhões em regiões metropolitanas de todo o país.

O Conselho de Governo aprovou apenas as linhas gerais do programa; o projeto específico de cada cidade média selecionada será elaborado junto com a Prefeitura correspondente, de acordo com a área em que o município se encontrar. Assim, se a cidade estiver na área de recuperação da quiladade de vida, as diretrizes de seu plano deverão objetivar uma minimização dos problemas comuns às regiões metropolitanas (infra-estrutura urbana deficiente, uso predatório do solo, poluição, etc.) e uma contenção das atividades produtivas.

Os municípios que ficam na área de controle deverão impedir que seu crescimento repita os erros da Grande São Paulo. Os da área de dinamização, que incluem quase todo o interior, devem receber novas indústrias, participando da descentralização industrial. E os da área de promoção terão programas vinculados a uma dinamização das atividades agropastoris e turísticas.

Para a seleção das 44 cidades foram utilizados, segundo o secretário Wilheim, 11 critérios. Entre eles estão: o crescimento populacional da cidade na década de 60, seus equipamentos de educação e saúde, situação do saneamento básico, dinamização do setor industrial de 1950 a 1974, nível do setor de serviços, etc.

As 44 cidades escolhidas são: Americana, Andradina, Araçatuba, Araraquara, Araras, Assis, Avaré, Barretos, Bauru, Bebedouro, Bragança Paulista, Botucatu, Catanduva, Cruzeiro, Cubatão, Fernandópolis, Franca, Guaratinguetá, Itapetininga, Itapeva, Itapevi, Jacareí, Jaú, Limeira, Lins, Marília, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Ourinhos, Pinhal, Piracicaba, Poá, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Carlos, São José do Rio Preto, São Vicente, Sorocaba, Suzano, Tatuí, Taubaté, Tupã.

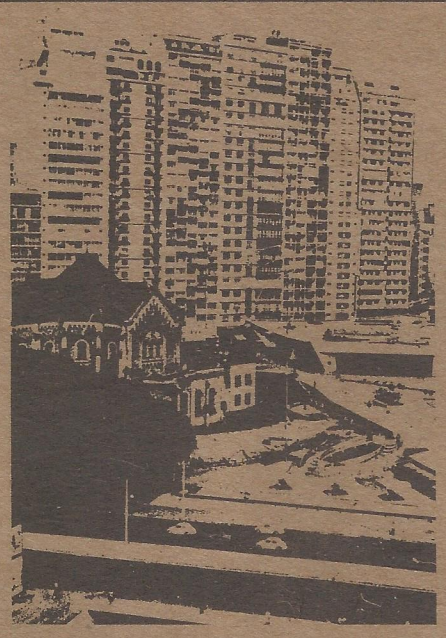
Macro-Eixo Rio-São Paulo: disciplinar o crescimento entre as duas metrópoles

O Programa "Macro-Eixo Rio-São Paulo" pretende disciplinar o crescimento do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte. Situado inteiramente dentro da área de controle, ele é composto de 22 projetos e sua ênfase maior está no uso do solo.

Segundo o secretário Wilheim, um desses projetos é uma "legislação tampão" de uso do solo para os municípios do Litoral Norte, para "brecar alguns usos e abusos do solo muito comuns nessa região, como desmontes de morros, loteamentos em praias e destruição do patrimônio histórico e turístico".

Para o "Macro-Eixo", o governo definiu três linhas básicas de atuação, às quais correspondem três conjuntos de projetos.

No primeiro conjunto estão oito projetos **estratégicos,** que visam o detalhamento de diretrizes para o desenvolvimento do macro-eixo. Ele se subdivide em dois sub-conjuntos: Sistematização da Informação (com os projetos Cartografia Básica; Modelo de Sistematização; Sistematização dos Dados sobre o Ecosistema e Sistematização dos Dados Econômico-Sociais) e Plano de Desenvolvimento Regional (com os projetos Modelo de Desenvolvimento Regional; Definição de Parâmetros; Hipóteses e Metas de Desenvolvimento; Alternativas de Transporte Intra-Regional e Plano de Ocupação do Solo).



Os projetos do conjunto **emergente** têm a finalidade de apresentar respostas imediatas para problemas típicos da região. Segundo o secretário Wilheim, a ação desses projetos deve ser como a do bombeiro: "onde há incêndio é necessário ir apagar". No sub-conjunto "Turismo e Lazer" estão os projetos: Valorização do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico; Valorização do Patrimônio Natural; Vias Turísticas (tem a finalidade de preservar e aumentar os acessos aos pontos turísticos e de lazer); Comunicação Visual e Equipamentos de Informação; Equipamentos Turísticos.

No sub-conjunto "Litoral Norte" estão: Planos Diretores de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela; Projeto Caiçaras (visa promover a integração social e cultural do caiçara, que tem sofrido crescente marginalização); Projeto Pesca (estudo de viabilidade da pesca como atividade para absorver economicamente os caiçaras); Projeto Ilhas (tem por objetivo integrar as ilhas no contexto de atividades e funções desenvolvidas no continente).

Os projetos Normas para Loteamento e Ocupação do Solo, Compatibilização das Cidades em Conurbação e Normas e Mecanismos Anti-Poluição fazem parte do sub-conjunto "Meio Ambiente e Uso do Solo". E os projetos Vitalização Agrícola e População Rural do Alto Paraíba compõem o sub-conjunto "Setor Primário".

Um terceiro conjunto, o **promocional,** visa dar capacidade institucional e técnica para que as prefeituras possam planejar. Dentro do objetivo institucional, existem dois projetos: Implantação e Dinamização de Conselhos de Representantes e Implantação de Consórcios Inter-Municipais para Realização de Programas Comuns. No nível técnico, também há dois projetos: Assistência Técnica às Prefeituras e Realização de Planos Diretores e Cadastros Técnicos Municipais.

A Artec mantém o clima das concepções arquitetônicas.

A Artec apóia a imaginação criadora dos arquitetos com um argumento palpável: um "know-how" para projetos especiais. Sua equipe altamente especializada põe à disposição dos arquitetos toda a sua técnica em ar condicionado central para assessorá-los nos seus projetos, sem comprometer o partido adotado. Consulte a Artec: certamente você obterá um clima de primeira qualidade para tudo aquilo que projetou. Sem custo algum.

ARTEC
CONDICIONA O CLIMA
AR CONDICIONADO E ENGENHARIA LTDA.
Rua Lopes Chaves, 243 - Tels.: 66.5210 - 66.4349 - 66.0365

Concursos

Melhorar a organização dos concursos de arquitetura é uma preocupação que aumenta entre os arquitetos brasileiros.

Concurso para sede da SUDESUL sofre críticas de arquiteto gaúcho

Os concursos de arquitetura, nacionais ou internacionais, quando não realizados com a assessoria das entidades de classe dos arquitetos, sempre acabam gerando descontentamentos ou protestos. E muitas vezes uma atitude de respeito profissional, de abertura, acaba — pela mal organização da promoção — tornando-se antipática e transformando-se num foco de atrito.

O Instituto de Arquitetos do Brasil possui normas básicas para realização de concursos. Normas testadas em um longo período, num sem número de concursos.

Ao procurar as entidades de classe dos arquitetos para assessorá-las, os órgãos governamentais, empresas privadas e de economia mista evitariam problemas e falhas no seu encaminhamento como os que são apontados pelo arquiteto Clóvis Ilgenfritz da Silva, presidente licenciado do Sindicato de Arquitetos do Rio Grande do Sul e que "refletem com bastante exatidão a forma em que são conduzidos os concursos de arquitetura", segundo o arquiteto Alfredo J. C. Porto Alegre, presidente em exercício do Sindicato gaúcho.

Em entrevista ao **Arquiteto,** durante as reuniões do Conselho Superior do IAB, em São Paulo, o arquiteto Ilgenfritz afirma que as falhas por ele apontadas, embora se refiram a um concurso realizado em abril do ano passado, continuam em pauta: "São coisas que vêm se repetindo em todo o território nacional e, de uma forma ou de outra, os concursos ainda não estão sendo feitos da melhor maneira".

Para que um concurso se realize, ele destaca a necessidade de que exista **a priori** um programa de necessidades. Se não existem esses parâmetros pré-estabelecidos, cada concorrente parte de um ponto de vista que lhe parece correto. Dessa forma, tanto os critérios das soluções apresentados como os de julgamento são extremamente variáveis.

Nesse sentido, Ilgenfritz considera salutar a realização de concursos públicos, com a orientação dos IABs e dos Sindicatos. "Além de darem oportunidade para que surjam idéias — soluções diversas para um mesmo programa — eles promovem a Arquitetura".

Para Ilgenfritz, o maior problema dos concursos não está no regulamento, mas na dificuldade de que seus promotores aceitem as regras do jogo. "Eles querem usufruir das vantagens de um regulamento, sem se submeter a todas as suas exigências".

Ele acredita que, diante de um concurso mal formulado, vale a pena correr o risco de perder um serviço para defender as posições dos arquitetos no relacionamento com o cliente em termos de mercado de trabalho.

As falhas apontadas pelo arquiteto Ilgenfritz constam de um documento que o Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul enviou ao **Arquiteto** neste início de ano.

Convidado pela Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras (CEDRO) a participar desse concurso, em abril do ano passado, o arquiteto Ilgenfritz encontrou algumas falhas quanto às exigências contidas na carta convite e seus anexos. Numa reunião com o engenheiro Nicolau Jorge Ache Waquil, diretor da CEDRO, ele colocou esses problemas. Mas, àquela altura, o concurso já estava em andamento e a CEDRO teria dificuldades em reformulá-lo.

O arquiteto Ilgenfritz resolveu, então, agradecer o convite e enviar uma carta a CEDRO, contendo suas observações sobre o concurso. Segundo ele, elas têm, principalmente, o sentido de manter "a integridade dos postulados básicos e fundamentais que regem o trabalho de produção de arquitetura".

Um dos itens do "Roteiro para Seleção de Sub-contratantes" pedirá um "esboço do partido geral a ser desenvolvido, dando uma idéia da solução adotada". Ilgenfritz considera que este item estava prejudicado pela inexistência total de um Programa de Necessidades com Pré-dimensionamento. "Uma série de informações fundamentais, que resultam num programa de necessidades e que são a razão, o alimento, pode-se dizer, do poder criativo, não são dadas, exigindo do arquiteto um 'esboço de partido geral' a partir do nada".

Outro ponto criticado por Ilgenfritz é a exigência de "curriculum vitae dos profissionais da equipe". Ele considera que "a única forma de selecionar arquitetos é o **Concurso de Idéias**". Numa promoção desse tipo, o currículo de um profissional deve servir para pré-qualificá-lo. E, para Ilgenfritz, isso já havia acontecido quando a CEDRO selecionou os arquitetos a serem convidados.

Contudo, se ao incluir o currículo entre as exigências, a intenção foi dar-lhe maior peso, "o equilíbrio definido pelo 'concurso de idéias' para de existir. Passa a valer então o critério de tempo de serviço". Segundo Ilgenfritz, o currículo é patrimônio profissional, mas nem sempre representa desenvolvimento e atualização de um profisional, "daí ser valor relativo em termos de projeto arquitetônico".

Sobre os honorários profissionais — a carta convite colocava à disposição do arquiteto vencedor uma verba de 900 mil cruzeiros para a execução do projeto completo — Ilgenfritz fêz duas observações.

Em primeiro lugar, o arquiteto vencedor ficava obrigado a pagar os honorários de todos os técnicos participantes da equipe, responsáveis pelos projetos complementares, com **a verba prevista para o projeto arquitetônico,** "não obedecendo ao critério de independência dos profissionais de usar suas tabelas respectivas (para projetos de estrutura, eletricidade, hidráulica, ar condicionado, telefonia, segurança, etc.)". Para Ilgenfritz, "ou se aceita como válida a participação de diversas especialidades para a composição de um projeto completo, ou se está contrariando não só os princípios que regem o funcionamento de equipes interdisciplinares, como também os termos e exigências do concurso".

Ele chama a atenção para o risco de se estabelecer uma verdadeira concorrência de preços entre os profissionais participantes dos projetos complementares, constrangendo-os fatalmente ao aviltamento de suas tabelas correspondentes.

A segunda observação sobre os honorários é que, se a avaliação de custos fosse em bases realistas, os honorários de 900 mil cruzeiros não obedeciam à tabela do IAB. O custo avaliado do metro quadrado de construção, que seria iniciada em dez ou mais meses, foi fixado em 2 mil cruzeiros. Para Ilgenfritz, por mais econômica que viesse a ser uma construção desse tipo, o custo não ficaria abaixo do dobro do previsto.

plurigoma
o piso definitivo

Concursos

Os arquitetos baianos louvam a ação do governo, mas pedem revisão na organização do Concurso do Centro de Convenções.

IAB-BA veta concurso do governo baiano e traz relatório para o COSU

Durante a reunião do Conselho Superior do IAB, realizada em São Paulo nos dias 27, 28 e 29 de janeiro (cobertura completa no próximo número), o IAB-BA apresentou um relatório sobre os problemas que o Departamento vem enfrentando em relação ao concurso público para escolha do anteprojeto do Centro de Convenções, Exposições e Feiras da Bahia, promovido pela Secretaria de Indústria e Comércio **(Arquiteto** n.º 31).

Segundo o arquiteto Edmilson Carvalho de Almeida, presidente do IAB-BA, seu departamento tem feito trabalhos junto à comunidade e, em retorno, o governo estadual começou a procurá-lo para opinar sobre vários de seus projetos. Assim foi com o Hospital Geral e com um Núcleo Habitacional. Mais recentemente, o governo consultou o Instituto sobre a possibilidade de ele orientar o concurso para o Centro de Convenções, Exposições e Feiras.

O Departamento apontou várias falhas no edital de convocação e colocou a necessidade de revê-lo. Nomeou-se uma comissão, que analisou o concurso sobre diversos aspectos e elaborou um relatório e um parecer. Esses documentos foram entregues no dia 19 de dezembro à Secretaria para que ela os apreciasse. Mas o IAB-BA foi surpreendido pela publicação do edital sem ser revisto e antes que fosse firmado um convênio entre ele e a Secretaria sobre os princípios que regeriam o concurso.

Diante disso, o Conselho Diretor do IAB-BA resolveu não endossar o concurso, "visando zelar pelos princípios que sempre nortearam as posições do IAB, frente a casos semelhantes". Durante a reunião do COSU, ficou acertado que a Direção Nacional do IAB vai examinar o documento apresentado pelo IAB-BA e, se for o caso, emitir um parecer recomendando a não participação dos arquitetos brasileiros no concurso, que deverá ser publicado na imprensa.

A íntegra do relatório e do parecer apresentados pelo IAB-BA é a seguinte:

Documento aponta falhas e pede providências ao governo

Diante da presente oportunidade que se oferece para reanimar o movimento cultural no campo do concurso nacional de arquitetura, cabe ao IAB analisar alguns aspectos que vêm dificultando a participação do órgão de classe em concursos como o proposto.

1. A ausência de um convênio definindo, bilateralmente, as obrigações da entidade promotora do IAB, na organização deste concurso não enseja condições mínimas, para que o órgão de classe possa assumir a sua posição face ao concurso: sua defesa como a forma democrática de oferecer oportunidade de participação de profissionais de arquitetura.

2. A experiência anterior em concursos serve de referência para o fato, pois o IAB teve que se defrontar com problemas surgidos em outras administrações por ocasião de concursos: a não existência de um termo de convênio, deixou este órgão sem uma posição definida diante de seus associados arquitetos.

3. A existência de opiniões antagônicas entre os pareceres de técnicos do governo e o próprio, quando da escolha do terreno para a implantação do Centro de Convenções, aliada ao aspecto de prioridade da obra diante da incidência evidente de problemas de caráter mais urgente na Comunidade, não podem ser desprezados na análise das condicionantes que devem nortear o IAB, ao se definir quanto ao problema.

4. O princípio, há muito tempo defendido pelo IAB, da carência de um planejamento para definição da localização de equipamentos urbanos da mais elevada importância, como a de um "Centro de Convenções", cuja capacidade específica de polarização com outros complementos importantes no seu entorno, não pode ser elaborada.

5. Os aspectos mais conflitantes que outros tantos equipamentos urbanos já definidos em Salvador, em termos de implantação subjetiva, vêm ou virão a refletir na estrutura urbana da cidade. Isto permite visualizar a sua superação precoce à vista dos conflitos, potencialmente já evidenciados, como Acesso Norte, Estação Rodoviária, Shops Center, Centro Administrativo e outros tantos, retratados na sua malha urbana.

Análise do edital

Quanto ao item 1. A ausência, já referida, dos termos de um convênio entre a entidade promotora, no caso a Secretaria de Indústria e Comércio e a organizadora, no caso o IAB, dá origem, no texto do edital proposto, a uma série de incoerências entre o expresso no subitem 1.2 e os fatos que devem definir, disciplinando o funcionamento de um Concurso de Arquitetura. Assim, além de não vincular o mesmo aos associados do IAB, órgão oficial dos arquitetos no país, o mesmo restringe as inscrições, exclusivamente, à representações do Estado da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, além de Salvador; excluindo, conseqüentemente, os demais Estados da Federação, onde existem Departamentos do IAB.

Quanto ao item 5.2. A exigência de apresentação do trabalho a nível de ante-projeto diante de um programa de dimensões macro-arquitetônicas como o que envolve um Centro de Convenções, levará, por certo, os concorrentes a um investimento muito elevado, por conta de pesquisas mais profundas, afim de atingir o nível exigido. Desta forma, o valor e a quantidade dos prêmios deverão se constituir em um atrativo sob pena de não estimular a competição salutar, que o concurso objetiva. Preferível seria, a exemplo dos últimos concursos nacionais, como foi o do BNDE, no qual as propostas foram a nível de estudo preliminar, com um certo elenco de exigências. Esta característica iria possibilitar ainda manter o valor dos prêmios normais, aumentando a sua quantidade, atraindo maior número de equipes e possibilitando um leque mais aberto de opções para es-

Quanto ao item 5.3.4. A experiência de concursos desta natureza tem demonstrado que o aspecto dos prazos é de grande importância para seu êxito. Assim sendo, o prazo de entrega definido para o dia 9/2/75, concorrerá negativamente, porquanto ter-se-iam apenas 69 dias para as equipes se inscreverem e disputarem, quando o prazo mínimo deveria ser de 90 dias, a contar da publicação do edital, para programas de média complexidade. Neste caso, tratando-se de programa complexo, seria aconselhável adotar-se um prazo bem mais elástico.

Quanto ao item 7 — do júri. A designação dos membros do júri não está explícita quanto ao campo de ação profissional dos mesmos. Esta omissão poderá trazer sérias restrições no sucesso do concurso, por parte dos concorrentes, em potencial, arquitetos. Outro aspecto, neste item, é a participação no júri de um Estruturalista e um Consultor de Congresso. Abos poderiam funcionar como consultores do Corpo de Jurados mas nunca como membro de júri, e conseqüentemente, com direito a voto.

Quanto ao item 7.1. A substituição de membro do júri, por impedimento, só deverá caber à entidade promotora do concurso.

Quanto ao item 8 — dos prêmios. É omisso na definição dos seus valores, este deve merecer o maior cuidado, com vistas a atrair maior contribuição de concorrentes. (Ver o item 8 do Regulamento de Concursos do IAB.)

Quanto ao item 9 — da remuneração. É omissão quanto a esta referência, não estando fixados parâmetros para o cálculo do custo de obra. Os concorrentes não têm segurança, também, para o preço do desenvolvimento do projeto. (Ver item 8.10 do Regulamento de Concursos.)

Quanto ao item 10 — disposições gerais. É omisso, no caso, a garantia da entidade promotora em não assinando o contrato, dentro do prazo previsto, assegurar os direitos ao

Documento aponta falhas e pede soluções ao governo

arquiteto premiado. (Ver item 8.11 do Regulamento de Concursos.)

Programa. Da análise do programa sugerido, observa-se que houve um estudo no sentido de serem definidos todos os aspectos que envolvem um Centro de Convenções, com o que existe de melhor em termos de tecnologia e facilidades específicas às funções nos diferentes espaços. É de se supor, que estando a nível de minuta, o referido programa venha a ser complementado com predimensionamento e funcionograma geral e particular, em condições de oferecer um balisamento comum a todos os concorrentes, inclusive ao trabalho do júri.

Fotografias. Não enfocam com precisão a área. Acompanhando o dossier, as fotografias deveriam oferecer melhor qualidade técnica, em termos de enfoque, orfotocarta, além de retratar as características atuais do entorno urbano relacionado com o Centro de Convenções.

Considerações finais. A premência de tempo, evidenciado lamentavelmente no sentido de que o referido concurso se faça no mais breve tempo, poderá refletir no apressamento de soluções, que não se coadunam com a importância da mensagem.
A atual administração tem o mérito de optar por um Concurso Público Nacional de Arquitetos na esfera de suas decisões. Porém, este deveria se ajustar, integralmente, às normas vigentes do IAB, que, sem uma definição do poder de arbítrio, não encontrará respaldo para defesa do trabalho profissional do arquiteto, tanto como valor de produto e, mais ainda, como obra de arquitetura no contexto cultural.
Diante desses aspectos, aqui analisados, e compreendendo o esforço dos colegas arquitetos que, junto ao governo do Estado, procuram dentro das limitações que são impostas pela ordem política das prioridades, oferecer a idéia de um Concurso Público Nacional de Arquitetos, esta Comissão propõe que o IAB defina-se nas seguintes posições:

1. Que a título de colaboração, o IAB-BA envie o presente documento de análise à entidade promotora.

2. Que o IAB-BA, reconhecendo o mérito da diretriz do programa administrativo do governo do Estado voltado para o Turismo, que tem como fator primordial de sua polarização o Centro de Convenções, objeto deste Concurso, reafirme sua tese da necessidade de um reexame na definição da sua implantação no setor indicado, que possui vocação eminentemente residencial.

3. Que, se obstáculos intransponíveis se antepuseram à hipótese do reexame da decisão na definição do local de implantação do Centro de Convenções à vista de razões de superior interesse da administração do Estado, e face a ausência de um Planejamento Global Disciplinar do uso do solo, seja a área, indicada juntamente com o espaço envolvente à mesma, objeto de planejamento setorial ao nível de um equacionamento consentâneo com as exigências que, inequivocamente, terão origem com as solicitações de um organismo tão complexo como um Centro de Convenções.

Com Paviflex você acelera a obra.

Paviflex reduz o cronograma de execução da obra pela velocidade de colocação.

Numa área livre podem ser aplicados até 100 m² todos os dias.

Em caso de reforma, não exige a remoção do piso existente, com exceção da madeira.

Aceita trânsito logo depois de aplicado.

Mantém a estabilidade dimensional mesmo sob forte calor, pois é o único que contém amianto.

Economiza em tempo e frete no transporte pela sua embalagem, tamanho (300 x 300 mm) e espessura (1,6 mm, 2 mm e 3 mm).

Não é inflamável.

Paviflex
Fademac

É bonito e não dá trabalho.

Nosso correspondente no Rio, arquiteto Stênio Ferreira comenta os problemas da implantação do Metrô carioca.

Centro do Rio: depois do caos, uma paisagem totalmente desfigurada

Cercado pela imensa massa construída, envolto por uma atmosfera de poeira e calor, equilibrando-se sobre improvisadas passagens, desviando por estreitos passadiços, crateras e buracos, pisando em lameiros na luta contra o veículo motor, pulando blocos-de-concreto, através de labirintos de alambrados e tapumes, diante de estranha paisagem desenhada por gruas, bate-estacas e marteletes, na confusa e ensurdecedora desarmonia de barulhos e ruídos de tráfego, eis o preço que o pedestre, no centro do Rio, pagará até o advento do METRÔ.

Passado o pesadelo, restauradas calçadas e ruas, remanejados os jardins, sem as preciosas árvores, pois os oitis, cortados e arrancados, substituídos, se forem, por árvores novas, precisarão de dezenas de anos para propiciar as sombras acolhedoras de outrora — e o tráfego de superfície amenizado temporariamente, com a retirada dos milhares de ônibus que agora circulam, o silêncio, as pessoas e os pombos, poderão voltar à Cinelândia, ao Convento de Santo Antônio, ao, quem sabe?, ex-Monroe, hoje ameaçado de demolição para dar lugar a gigantesca garagem subterrânea, consolidando a equívoca intenção de descongestionar o centro.

E a massa construída, agressiva, disforme, implacável, continuará se adensando e se elevando qual um cogumelo imenso, ocupando os vazios, demolindo, sufocando. E só estancará com o início do previsível processo de esvaziamento do centro — em Chicago, são inúmeros os exemplos de "arranha-céus" transformados em depósitos verticais — quando, cerceadas e impedidas de chegar aos locais de trabalho, compras ou lazer, as pessoas passarem a evitar estas áreas; quando, para se elevar uma pessoa do nível da rua até ao enésimo andar, o custo dos condomínios se torna proibitivo; quando os incorporadores constatarem que, nem o mais persuasivo dos folhetos coloridos dos agentes imobiliários convencer o mais astulto dos investidores imobiliários; aí então, a inexorável massa construída, estabilizará. Mas, até lá, o centro do Rio já estará irremediavelmente desfigurado. (Arq. Stênio Ferreira)

Bronzearte oferece a alternativa para o seu projeto de iluminação.

Linha completa de lustres

ou a fiel execução do seu design.

BRONZEARTE

Rua Oscar Freire, 1732 Tel. 282-0459 - São Paulo

Paisagismo

O paisagismo ainda não é disciplina do currículo mínimo das faculdades de arquitetura e somente cinco escolas a oferecem opcionalmente.

Arquiteto paisagista: problemas e perspectivas de uma nova profissão

Com a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, deu-se a urbanização de alguns logradouros e seu ajardinamento. Surgiram praças e parques e a cidade ganhou um Jardim Botânico. Esses primeiros passos no sentido de cuidar da paisagem não se aceleraram o suficiente com o passar do tempo. O país foi se desenvolvendo e, a partir dos anos 30, o processo de industrialização concentrou as atividades e as populações nos centros urbanos.

Durante todo esse tempo, a função do paisagista não foi devidamente levada em conta. Mesmo nos últimos anos, quando o planejamento urbano das grandes metrópoles começou a preocupar os governos, reunindo equipes de economistas, arquitetos, sociólogos e engenheiros, continuou a existir "uma ignorância generalizada de que existe uma paisagem".

Segundo Paulo Celso Del Picchia, arquiteto paisagista na Emurb, esse é o principal problema enfrentado pelos profissionais de sua área no mercado de trabalho. "O próprio Código de Obras do Município de São Paulo", diz ele, "ignora que os edifícios, em seu conjunto, constroem uma paisagem." Apesar de também concordar com a existência de problemas, a paisagista Eleonora Seligmana acredita que já começa a surgir a compreensão do papel desempenhado pelos profissionais. "Se comparar o atual interesse despertado pelos assuntos ligados à paisagem — e acho que a preocupação com o meio ambiente é fundamental — com dez anos atrás, quando comecei na profissão, noto o despertar de uma consciência."

Para Miranda Martinelli Magnoli, professora de paisagismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, a principal dificuldade está em não termos cursos de formação de arquitetos paisagistas. Ela afirma que "existe muito mais mercado de trabalho do que formação de novos profissionais. Aqui em São Paulo, por exemplo, são pouquíssimos os escritórios onde só se fazem serviços de paisagismo e a solicitação desses trabalhos é bastante grande".

A professora Miranda explica que o mercado de trabalho habitual tem sido, até agora, o da arquitetura paisagística, isto é, o tratamento de áreas adjacentes às edificações. Contudo, a médio e longo prazos, "a tendência é se voltar para o planejamento paisagístico, passando a integrar as equipes de planejamento urbano e regional".

Essa mesma direção é visualizada tanto por Del Picchia quanto por Eleonora. De acordo com Del Picchia, "o crescimento das cidades, a metropolização, a demanda de espaços para o lazer, as poluições, tudo isso despertou a atenção para a necessidade de planejar a paisagem. E é nessa necessidade que estão as possibilidades do mercado de trabalho". Por sua vez, Eleonora considera primordial o papel do paisagista nos programas de urbanização, principalmente das cidades pequenas, que começam a crescer e ainda não têm uma visão de todo o drama urbano das grandes metrópoles por falta de espaços livres para esportes e lazer.

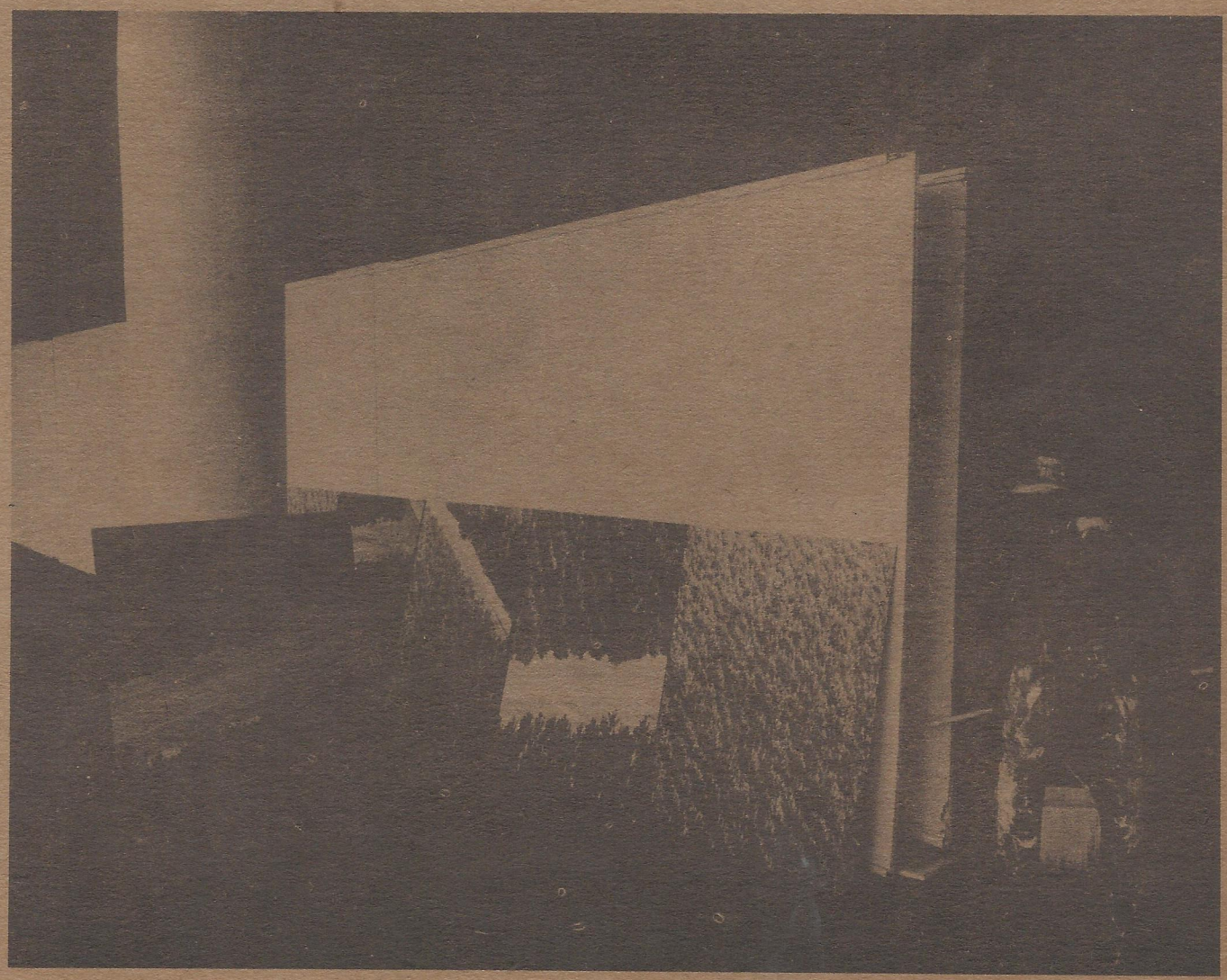
"Planos de áreas de lazer para as cidades médias" — afirma Eleonora — "deveriam ser sempre os primeiros a serem feitos, antes da subida do preço das terras. São Paulo está aí como um exemplo a não ser seguido."

Um ponto fundamental

A participação dos paisagistas na reurbanização das metrópoles e no planejamento das cidades em crescimento dependerá, em grande parte, da resposta a ser dada a uma questão: a formação de arquitetos paisagistas pelas universidades.

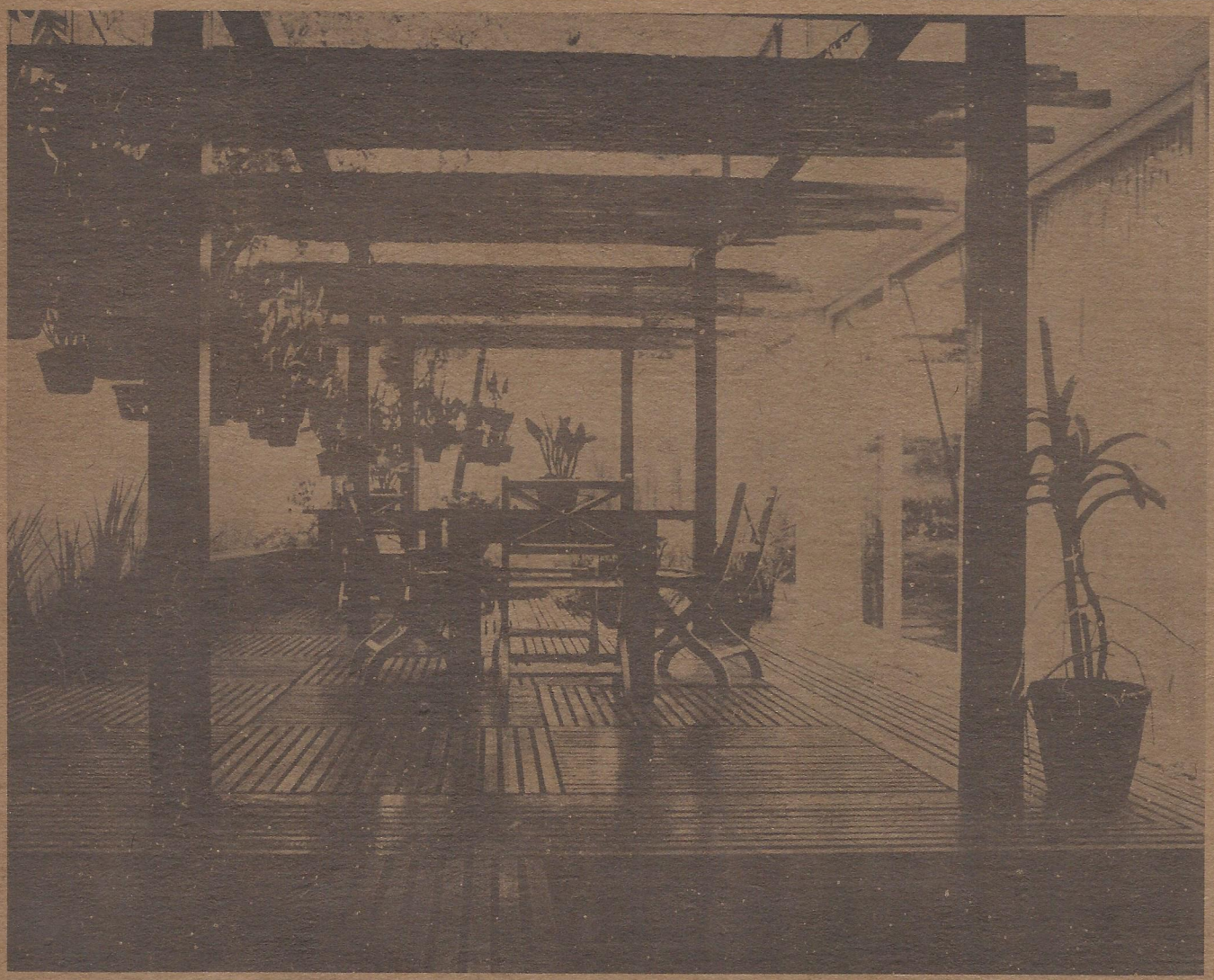
Em entrevista ao **Arquiteto,** o paisagista Garret Eckbo, professor de Meio Ambiente na Universidade de Berkeley, da Califórnia, que no mês de novembro fez várias palestras na FAU-USP e no IAB SP, informou que a primeira escola de paisagismo dos EUA surgiu em Harvard, em 1890. Há 15 ou 20 anos havia dez delas. E, atualmente, existem trinta escolas reconhecidas oficialmente.

Contrastando de forma violenta



Paisagismo

O mercado de trabalho habitual — voltado para a arquitetura paisagística — tende a evoluir para o planejamento paisagístico.



com esses dados, nem a disciplina de paisagismo faz parte obrigatória do currículo mínimo das faculdades brasileiras. Segundo a professora Miranda, o que existe de mais antigo nesse sentido é a disciplina de paisagismo da FAU-USP, que já é considerada básica. Além disso, somente cinco escolas no país fornecem a matéria opcionalmente. Miranda explica que a FAU-USP oferece também matérias opcionais, que ajudam na formação do paisagista. "Na medida em que elas tenham uma estrutura mais completa, pretende-se formar arquitetos paisagistas. Paralelamente, com a ajuda da FAPESP, a faculdade tem mandado gente para fazer mestrado no exterior e existe também a idéia de se criar um curso de pós-graduação para formar docentes."

Para Del Piochia, a Universidade já tem todos os ramos para formar paisagistas. "As escolas de Geografia, Agronomia, Engenharia e Arquitetura têm, isoladamente, desenvolvido estudos sobre os problemas da paisagem. Trata-se simplesmente de reunir esses esforços isolados e, objetivamente, construir uma nova paisagem."

A formação de paisagistas pela Universidade também coloca o problema da regulamentação da profissão. Aliás, a professora Miranda acredita que a regulamentação está muito na dependência do que venha a ser feito em termos de formação universitária. Segundo Eleonora, podemos falar em regulamentação a partir das atribuições do paisagista. "Nesse sentido", diz ela, "já foi dado o primeiro passo: depois de muitas reuniões, a Seção de Paisagismo do IAB de São Paulo apresentou as atribuições do paisagista e até dois métodos de se cobrar o produto do trabalho."

O trabalho em conjunto

Como parte dos problemas de um mercado de trabalho ainda em formação, os paisagistas se defrontam com um desafio fundamental: conseguir integrar seu trabalho com o de outros profissionais, principalmente com o do arquiteto.

Colocando essa integração na sua forma ideal, o professor Eckbo afirma que o arquiteto e o paisagista deverão começar juntos sempre que houver um terreno para o qual ainda não foi identificado o uso. "A integração deve se dar em vários níveis para a organização do espaço dentro e fora da construção, para que exista uma continuidade entre os dois. A contribuição do paisagista é uma maneira de moldar o espaço, não simplesmente de conseguir um efeito decorativo, utilizando-se de plantas, rochas e outros elementos."

Posição semelhante à de Eckbo é colocada pela professora Miranda ao afirmar que a participação do paisagista deveria se iniciar nos estudos de viabilidade. Contudo, isso raramente acontece: "os órgãos públicos nos chamam tardiamente, em geral na fase de acabamento da obra. Os arquitetos, por sua vez, também nos chamam depois de começado o projeto. No entanto, quando percebem que isso prejudica o trabalho, passam a nos convocar com antecedência e a qualidade da obra é muito maior, dada a integração da equipe".

Levando mais adiante esse raciocínio, Eleonora acrescenta que a integração se faz necessária não só entre o arquiteto e o paisagista mas também com as atividades da comunidade. E explica: "não há sentido na criação de espaços livres para lazer, por exemplo, se estiverem desvinculados dos interesses da comunidade a qual se destinam, à tradição do bairro ou da região".

A falta de programas

Embora a maioria dos paisagistas aponte o planejamento paisagístico como a perspectiva em direção à qual se encaminha o alargamento de seu mercado de trabalho, a quase total inexistência de programas nacionais, regionais e municipais na sua área de atuação tolhe bastante essa possibilidade.

Segundo Eckbo, nos EUA a preocupação com a paisagem é uma constante. Como programa nacional, o mais tradicional e antigo se chama National Park Service. Ele data do início do século e sua finalidade é preservar áreas especiais para que a população possa usufruir de seus benefícios.

O Serviço Nacional de Florestas, também em nível nacional, que até pouco tempo se voltava mais para o fornecimento de madeiras, passou recentemente a considerar a floresta mais ao nível da recreação e contratou grande número de paisagistas. Eles também passaram a fazer parte do Serviço Nacional de Estradas, de uma agência de urbanização e desenvolvimento habitacional e do órgão encarregado da preservação do meio ambiente.

A nível regional e de comarca também existem programas florestais e de parques. Um dos exemplos citados por Eckbo a nível regional é o Tennessee Valley Authority, que tem um departamento de preservação de parques e florestas.

No Brasil, esses programas inexistem a nível nacional e regional, Lembrando os pronunciamentos do paisagista Burle Max nesse sentido, a professora Miranda adverte sobre a devastação de nossas riquezas paisagísticas, citando as queimadas feitas sem maior preocupação e a falta de uma abordagem paisagística **a priori** nas grandes obras. Como exemplos, ela fala dos prejuízos causados pela Rio—Santos, pela Transamazônica e, ainda, no Canal de São Simão, cuja paisagem não será conservada para não onerar mais a obra.

Diante de todo esse quadro, Miranda encontra um dado positivo na criação da Secretaria do Meio Ambiente (Sema), que, há um ano, enviou ao Ministério da Educação um pedido de inclusão do paisagismo como disciplina do currículo mínimo.

A nível municipal, os projetos de áreas verdes já fazem parte dos planos diretores de muitas cidades. Em São Paulo, "embora não se tenha conseguido pôr em prática os planos de lazer e áreas verdes, a preocupação com o problema existe desde o governo de Faria Lima, quando foi feito um levantamento — coordenado pela arquiteta Rosa Kliass — das áreas verdes existentes, do qual participei", afirma Miranda.

Para ela, um dos entraves para esses planos se efetivarem está no fato de não encontrarmos, de um modo geral, estratégias adequadas para a solução dos problemas. "São geralmente estratégias alheias, que não se adaptam a casos concretos. Por exemplo: os cálculos dos projetos de desapropriação em São Paulo para a criação de parques e áreas de lazer são geralmente feitos a partir de índices, usos e necessidades de outras cidades, com formação e população completamente diferentes da nossa.

Publicações

Kowarick coloca marginalidade entre aspas

Pode a população "marginal" das áreas urbanas ser "integrada" na sociedade unicamente através de planos habitacionais e da melhoria dos serviços urbanos? Esta é apenas uma das questões que se colocam na discussão do tema da marginalidade, que tem sido abordado em inúmeros estudos. Agora, ele é tratado em "Capitalismo e Marginalidade na América Latina", livro de Lúcio Kowarick lançado pela Paz e Terra.

O tema passa a ter importância teórica e prática depois da II Guerra Mundial, quando, com a intensificação das migrações rurais-urbanas, uma enorme massa populacional aflui às cidades. Na América Latina, certas características econômicas — de forma geral, crescimento industrial pequeno, utilização de uma tecnologia via de regra poupadora de mão-de-obra e, ainda, todo o caráter dependente da economia — impedem que boa parte desses migrantes consiga se inserir no mercado de trabalho. Generalizam-se então em toda a América Latina áreas urbanas decadentes: cortiços, favelas, mocambos, "callampas" (Chile), "villas miseria (Argentina), "conventillos" (Uuruguai) etc.

De início, essas populações foram qualificadas de "marginais", porque se acreditava que estavam à margem do dinamismo das cidades e da participação econômico-social. Então, o problema passou a ser "integrar" essas pessoas, através de programas habitacionais e de serviços públicos.

Para Kowarick, contudo, o centro da questão está nas condições de remuneração e trabalho, ou seja, está na dinâmica da acumulação capitalista. Portanto, "para se pensar profundamente essa questão, é necessário analisar o tipo de capitalismo que se instalou na América Latina e, em particular, no Brasil", afirma Kowarick.

E, segundo ele, esse capitalismo é do tipo excludente em dois sentidos: porque cria uma quantidade de empregos diminuta; e porque, principalmente considerando-se o caso brasileiro na última década, está apoiado na pauperização absoluta da classe trabalhadora, em especial dos segmentos não qualificados.

O concreto de marginalidade poderia então ser aplicado àqueles grupos de inserção instável na economia. Esses grupos são constituídos por trabalhadores autônomos do setor terciário (vendedores ambulantes, carregadores, empregados em pequenos serviços de reparação e limpeza etc.), desempregados (que atingem 11% do total da população masculina da Grande São Paulo) e os trabalhadores de setores não capitalistas de produção, como o artesanato e as indústrias a domicílio.

Kowarick acentua ainda que, dado o caráter dependente da nossa sociedade e economia, o capitalismo brasileiro, ao expandir-se, não destrói totalmente as formas arcaicas de produção (tarefeiro, biscateiro etc.) e, além disso, vai recriando-as.

Um dos pontos mais discutidos no livro — e também pela maioria dos autores que trataram do problema — é se essas populações seriam ou não exército de reserva. Para Kowarick, a resposta é afirmativa. "Ao se expandir, o capitalismo brasileiro dos últimos anos se permitiu dilapidar boa parte da força de trabalho. E isso aconteceu com uma pauperização absoluta de boa parcela da força de trabalho, levando-se a extremos a deterioração das condições urbanas de existência."

Essa dilapidação foi possível, segundo Kowarick, basicamente em virtude de duas condições: com um grande exército de reserva, pode-se substituir a mão-de-obra desgastada pela jovem, com o controle das iniciativas políticas e civis da classe trabalhadora.

A conclusão de Kowarick é de que, se essas populações são exército de reserva e se estão indiretamente servindo ao processo de acumulação, então o termo marginalidade só pode ser usado entre aspas.

"Escrita" e "Malasartes", literatura e arte

O lançamento de uma revista — atualmente — é no mínimo um fato auspicioso. Mais ainda quando são duas, "Escrita" e "Malasartes". A primeira — editada por Wladry Nader e redigida por Astolfo Araújo e Ramilton Trevisan — chega ao número 3, no difícil porém obstinado trajeto da literatura brasileira.

"Espanto" foi o adjetivo de Nader para explicar o volume de cartas de leitores que chegaram à redação de "Escrita", além de um incontável número de novos", provando que a literatura existe, embora numa dieta de surpresas. Um remédio para acabar com este emagrecimento vai receitado no próprio editorial de lançamento de "Escrita": "Estamos vacinados contra o imobilismo, a incredulidade e o fatalismo... nós não temos certezas, só dúvidas. De qualquer maneira, abaixo a serenidade".

Neste número três, um conto do cubano Eduardo Desnoes nas intimidades da vida de Hemingway em Cuba ("Uma Aventura nos Trópicos"); seleção de "novos", em cinco poemas e cinco contos; entrevista e conto ("Trem Fantasma") de Moacyr Scliar, gaúcho; conto infantil ("O Menino Comum") de Lúcia Miners; entrevistas cm os escritores argentinos Bioy Casares e Henrique Medina e a brasileira Maria José Leandro Duprè.

Malasartes

"Malasartes" toma o nome do conhecido herói popular luso-brasileiro para discutir "atitudes" e propor "alternativas a respeito da política da arte".

Os editores — Cildo Meirelles, Carlos Vergara, Ronaldo Brito, José Resende, Rubens Gerchman, Bernardo de Vilhena, Carlos Zilio, Waltercio Caldas Jr. e Luiz Paulo Baravelli — tocam o dedo em sensíveis conexões do nosso sistema nervoso cultural. Dizem eles que, "entre a aparente opção de se fazer uma revista de arte que a trate como objeto de fruição, status e consumo ou uma publicação 'artística', enigmática, inócua e falsamente contestatória, escolhemos, pretensiosamente, tentar analisar criticamente o papel da arte frente ao sistema".

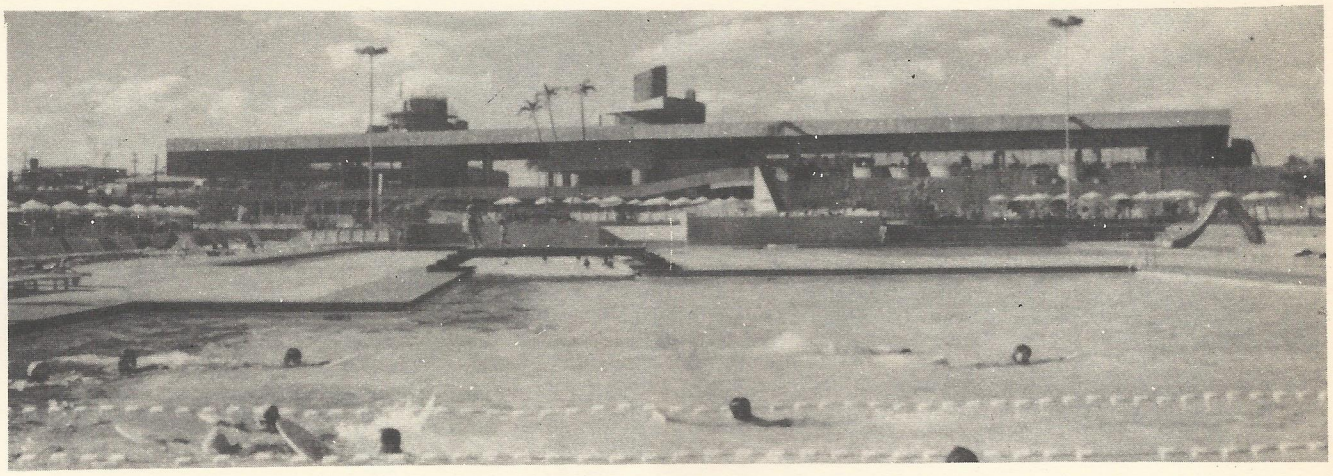
Clube Paineiras do Morumbi Parque Infantil

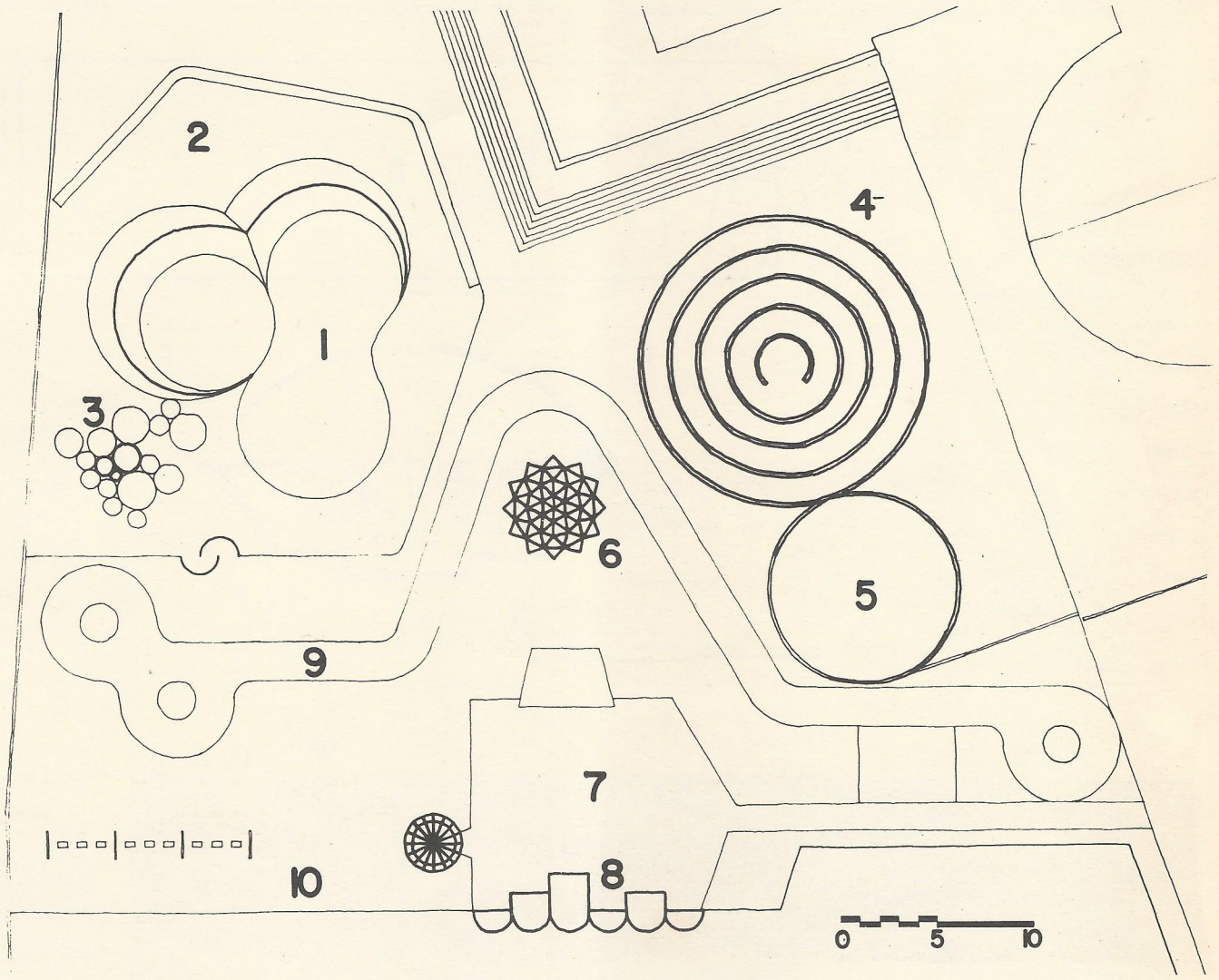
Arquiteto Paulo Bastos

O parque Infantil do Clube Paineiras do Morumbi compreende um programa bastante diversificado, onde se destacam as piscinas e o labirinto — ainda não construído. Completam-no a Praça da Amarelinha — com jogos e palco, as casas de bonecas — com quadro negro, a Bat-caverna — com periscópio e espelhos para reformar a imagem, a pista de velocidades — para exercícios, treino de trânsito e estacionamento, a gaiola geodésica, o carrossel e os balanços, brinquedos estes de caráter mais convencional. Como princípio básico, procurou-se assegurar a cara uma dessas funções utilizações outras além da prevista no programa, especialmente as de trepa e pulas, possibilitando seu uso uma ação criativa e coletiva.

Piscinas
As piscinas têm seção correspondente a tres calotas esféricas tangentes; duas delas se projetam acima do nível do terreno e da água, de modo a sugerir o aspecto de dunas de praia que se prestam para escorregadores, mantendo-se suas superfícies permanentemente molhadas, graças a chuveiros embutidos. A superfície submersa das calotas é pintada em epóxi azul, graduando-se as tonalidades conforme as curvas de nível, de modo a acentuar a sensação de profundidade, que não ultrapassa 40 cm.
Praça e potes — as crianças pequenas utilizam-se deste conjunto chapinhando nas poças d'água — que procuram lembrar as das praias sob o efeito das chuvas — e entrando nos potes. O conjunto tem jorro de chuveiro permanente.

Labirinto
O conjunto, cuja planta é baseada em circulos concêntricos, procura criar ambientes distintos e imprevisíveis, onde as atividades de trepar e pular, associadas à sistemática e progressiva modificação da paisagem — graças às paredes circulares — assumem papel predominante. As surpresas se sucedem. Ora é a rua com os pisos de paralelepípedos, janelas e portas fictícias pintadas nas paredes das "casas", janelas furadas no concreto — permitindo a continuidade visual. Ora é paisagem de floresta, piso de grama, paredes com grades, folhas verdes pintadas, dinossauros e, de repente, as bruxas. No centro, a paisagem lunar: chão branco, disco voador e espaço sideral. O disco é dirigido por "manches" e as escotilhas permitem, pelo enquadramento do seu ângulo visual, que a criança veja apenas o chão lunar e o espaço sideral, que corresponde á parede de entorno, pintada com estrelas em fundo preto.



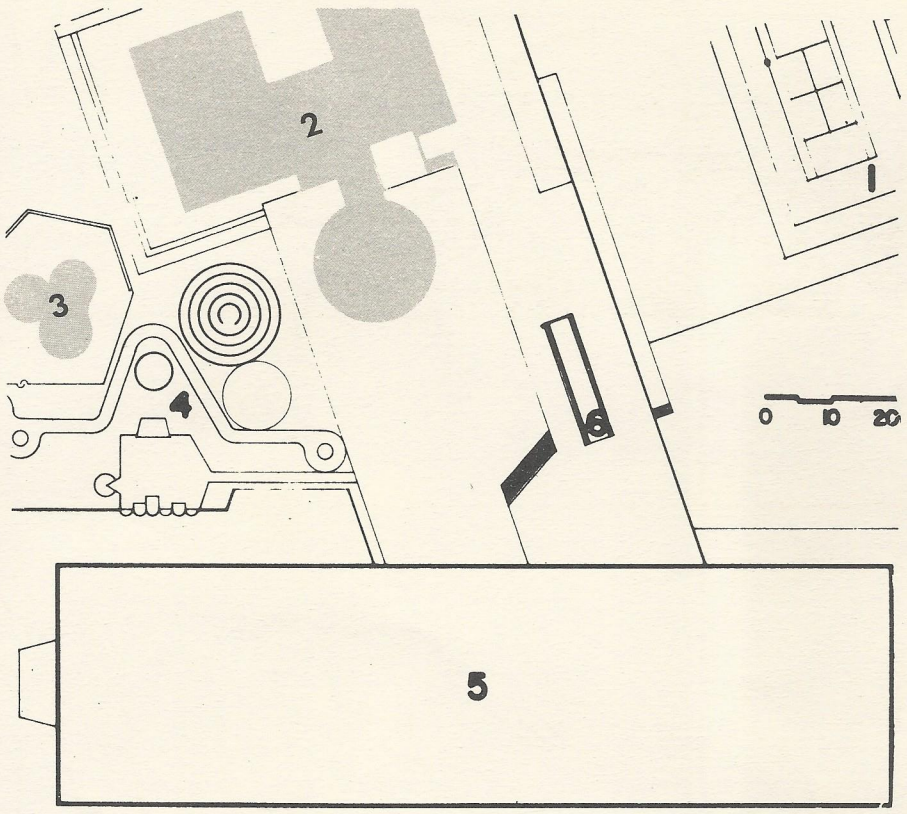


1
Piscina infantil
2
Plataforma e banco
3
Poços e potes d'água
4
Labirinto
5
Tanque de areia
6
Cupula geodésica
7
Praça da Amarelinha
8
Casas de bonecas e Bat-caverna
9
Pista de velocipedes
10
Balanços e carrossel

Prancheta

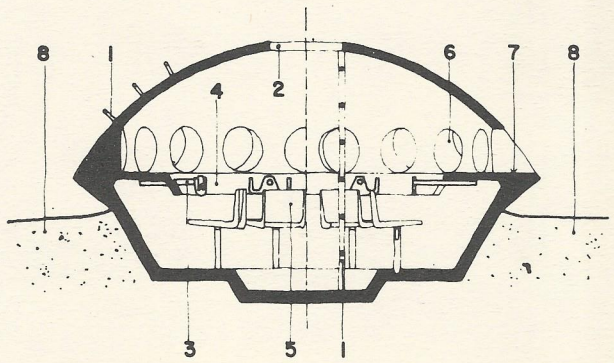
Planta de Situação

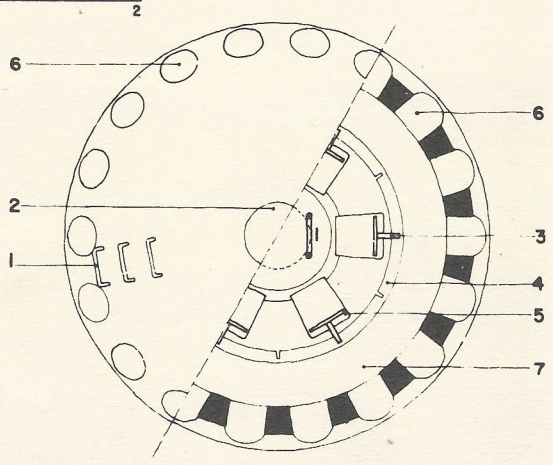
1
Quadras
2
Piscinas de adultos
3
Piscina infantil
4
Parque infantil
5
Sede social

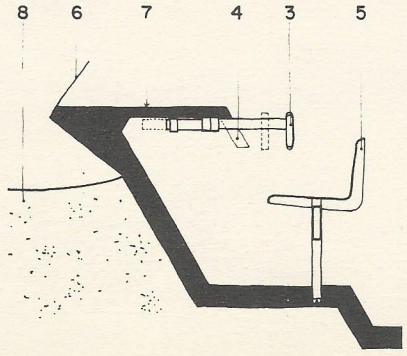


Disco Voador

1
Escadas
2
Acesso
3
Manche
4
Painel
5
Cadeira
6
Janelas
7
Mesa
8
Areia



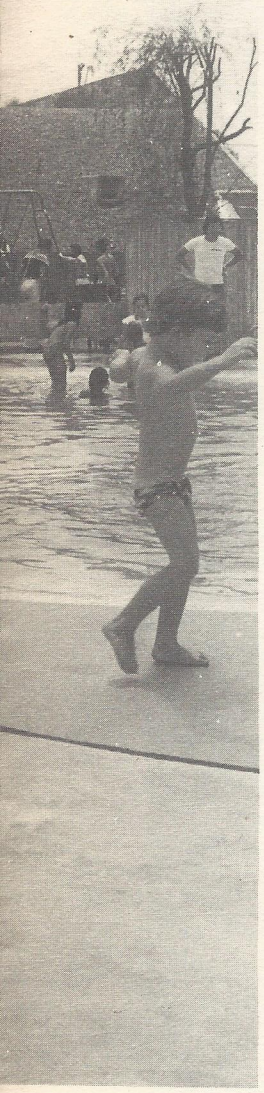


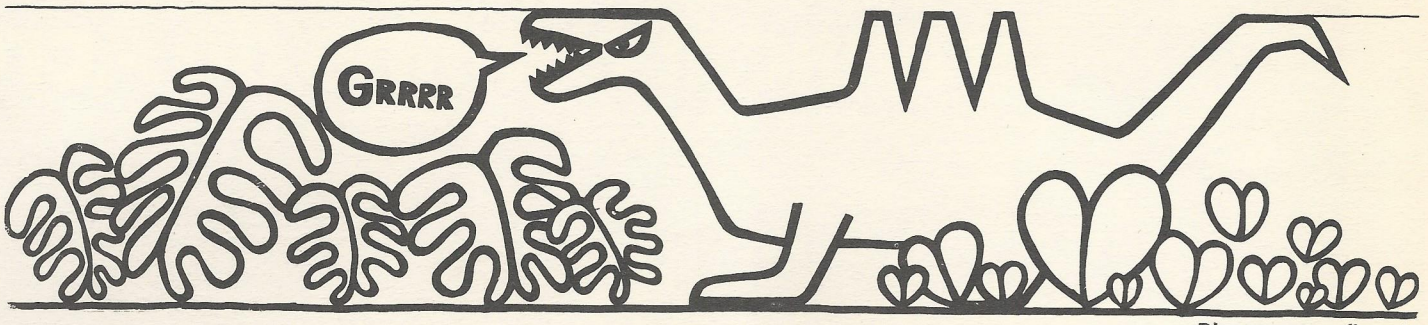


0 1 2 3 4 5 1

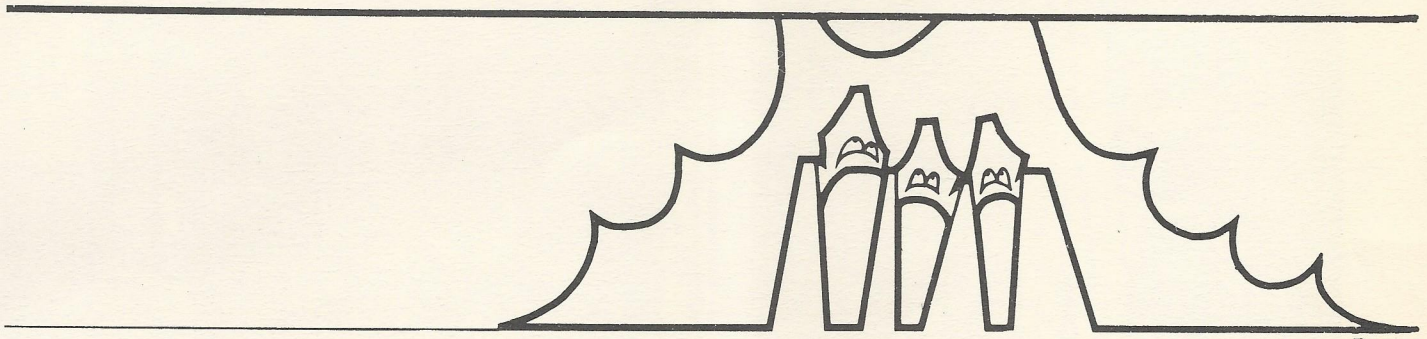
Exposição IAB/SP
Prêmio
Edifícios para fins recreativos

Prancheta

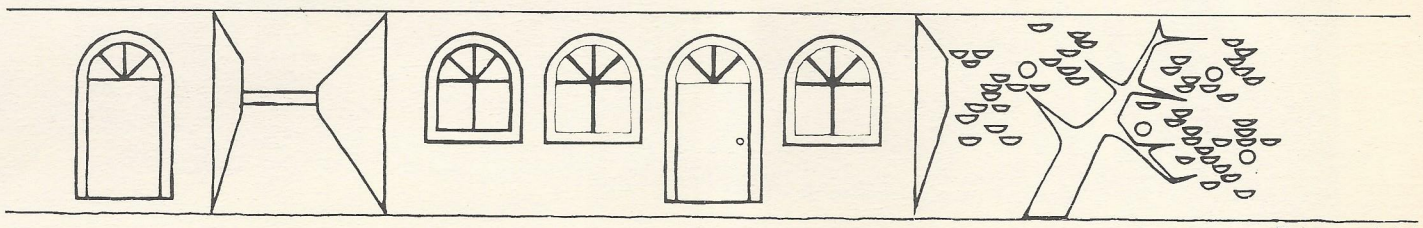
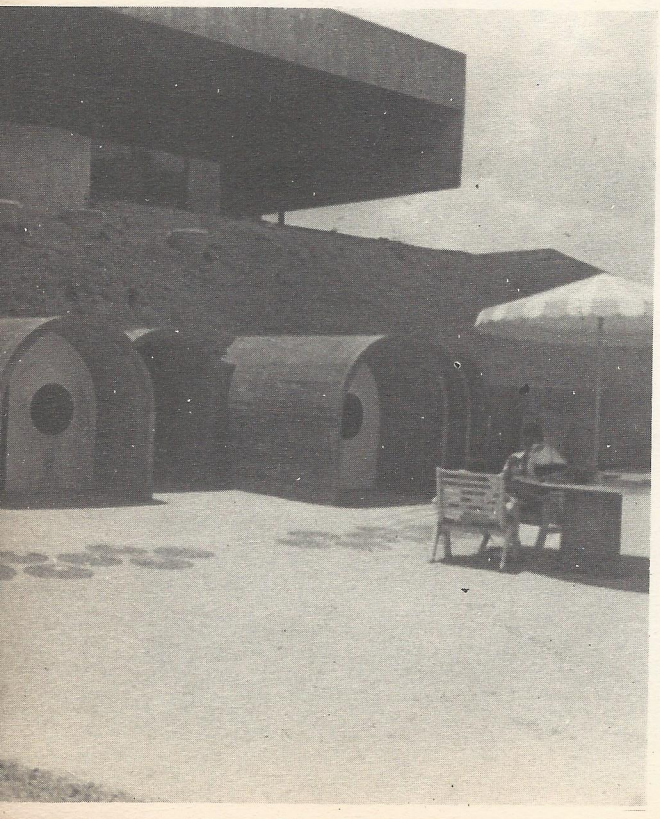
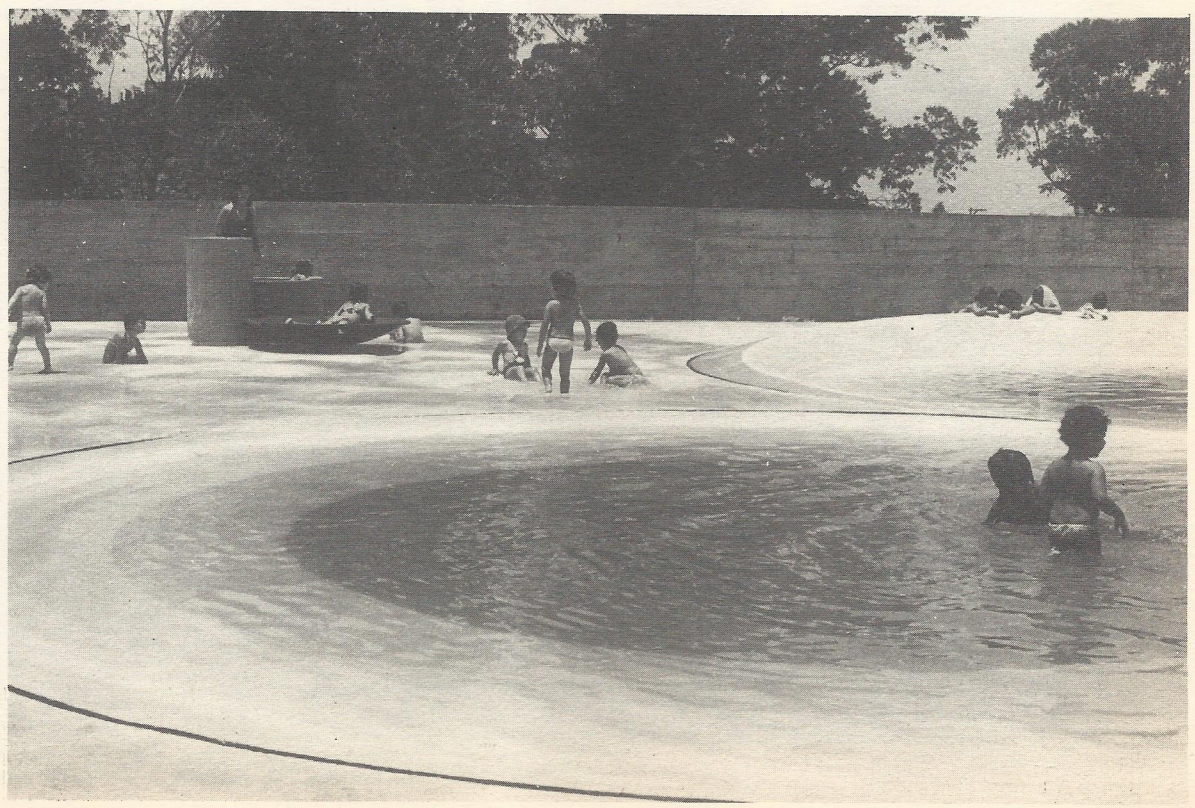




Dinossauro e floresta



Bruxas



Rua e quintal